



PROCESSO Nº : 64.442-0/2023  
UNIDADE : PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA  
ASSUNTO : PEDIDO DE RESCISÃO  
RESCINDENTE : FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO  
RELATOR : CONSELHEIRO WALDIR JÚLIO TEIS

### PARECER Nº 681/2025

PEDIDO DE RESCISÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA. ACÓRDÃO N.º 615/2021 - TP. DOCUMENTO SUPERVENIENTE QUE COMPROVA NECESSIDADE PARCIAL DE REDUÇÃO DE DANO AO ERÁRIO. PARECER MINISTERIAL PELO CONHECIMENTO E, NO MÉRITO, PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA.

## 1. RELATÓRIO

1. Cuidam os autos de **pedido de rescisão** com requerimento de concessão de efeito suspensivo apresentado pelo Sr. Fausto Aquino de Azambuja Filho, ex-Prefeito do Município de Luciara/MT, em desfavor dos termos do Acórdão n.º 615/2021 - TP, que nos autos do Processo nº 8.862 5/2016 (Tomada de Contas Ordinária), julgou irregulares as contas provenientes do inadimplemento das faturas de energia elétrica, determinando a restituição ao erário municipal, de forma solidária no montante de R\$ 164.140,25 (cento e sessenta e quatro mil e cento e quarenta reais e vinte e cinco centavos).
2. Em síntese, o rescindente alega que o Acórdão nº 615/2021 - TP, no que tange ao valor aplicado a título de restituição ao erário municipal, qual seja,





R\$ 164.140,25 (cento e sessenta e quatro mil e cento e quarenta reais e vinte e cinco centavos), deve ser desconsiderado o Contrato nº 007/2018, cujo valor era R\$ 142.010,18 (cento e quarenta e dois mil e dez reais e dezoito centavos), **o qual se encontra devidamente quitado, sem incidência de juros, multa e demais encargos, inexistindo quanto a este, geração de despesa indevida.**

3. Em caráter preliminar, por meio do **Julgamento Singular nº 140/WJT/2024** (documento digital 400850/2023) o Conselheiro Relator do presente pedido de rescisão **concedeu o efeito suspensivo requerido**, com a finalidade de suspender os efeitos do **Acórdão n.º 615/2021 – TP (Processo nº 8.862-5/2016)**, nos termos do art. 376 do RITCE/MT.

4. Nesse momento o Ministério Público de Contas emitiu o **Parecer 423/2024**, opinando pela homologação do **Julgamento Singular nº 140/WJT/2024**, que concedeu efeito suspensivo ao presente pedido de rescisão, uma vez que foram cumpridos os requisitos estatuídos no art. 376 do Regimento Interno do Tribunal de Contas.

5. O **Julgamento Singular nº 140/WJT/2024** foi então homologado pelo **Acórdão nº 141/2024 – PV**, juntado com o documento digital 438773/2024.

6. Após foi emitido **relatório técnico de auditoria** (documento digital 518549/2024, discordando dos fundamentos do pedido rescisório argumentando que não haveria comprovação suficiente de que as confissões de dívida perante a concessionária de energia elétrica abarcariam os contratos geradores do dano no valor d R\$ 142.010,18 (cento e quarenta e dois mil, dez reais e dezoito centavos):

(...) o Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida de Energia Elétrica nº 007/2018/DESC/ENERGISA MT, firmado em 28 de fevereiro de 2018 (Documento Digital nº 515940/2024) o dano ao erário (incluindo juros, multa e correção monetária), totalizava a quantia de R\$ 142.010,18 (cento e quarenta e dois mil, dez reais e dezoito centavos), conforme apontado em Relatório Técnico constante do Documento Digital nº 78503/2019, fls. 05, Processo nº 8.862-5/2016.

(...)

O Rescindente alega que o contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida de Energia Elétrica nº 007/2018/DESC/ENERGISA MT, firmado em 28 de fevereiro de 2018, cujo valor apurado como dano,





totalizado em R\$ 142.010,18 (cento e quarenta e dois mil, dez reais e dezoito centavos), foi renegociado, não incidindo mais juros, multa e correção monetária, ou seja, inexistindo assim o citado valor que havia sido condenado a restituição aos cofres públicos municipais.

Analisando os documentos trazidos pelo Rescindente, notadamente o Contrato de Confissão de Dívida nº 117384/2019/DESC ENERGISA MT (fls. 12, do pedido de rescisão, Documento Digital nº 287225/2023) esboça que a quantia confessada de R\$ 311.247,25 (trezentos e onze mil, duzentos e quarenta e sete e vinte e cinco centavos), valor esse correspondente ao valor principal, juros moratórios, atualização monetária e demais encargos financeiros, devidamente atualizado até outubro de 2019, denota-se que os débitos se referem aos consumos de energia elétrica, bem como ao não cumprimento dos acordos firmados referentes aos contratos 115131/2018 e 117304/2019.

**Pois bem, ao analisar o Instrumento Contratual de Confissão e Parcelamento de Dívida de Energia Elétrica nº 007/2018/DESC/ENERGISA MT (Documento Digital nº 515940/2024), não há no mesmo, qualquer referência dos números de contratos suso citados. Grifo nosso**

7. Mesmo entendendo não haver comprovação cabal da inexistência de ônus no pagamento em atraso nos débitos o município perante a concessionária, a equipe de auditoria, de ofício, reconheceu haver equívoco no cálculo do dano ao erário inicialmente imputado, reduzindo-o para **R\$ 71.869,40 (setenta e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos):**

Diante disso, caso houvesse o cumprimento regular das parcelas o valor final da dívida passaria de 564.206,58 (quinhentos e sessenta e quatro mil, duzentos e seis reais e cinquenta e oito centavos), para R\$ 494.065,80 (quatrocentos e noventa e quatro mil, sessenta e cinco reais e oitenta centavos), **portanto, o valor do dano causado ao erário não é R\$ 142.010,18 (cento e quarenta e dois mil, dez reais e dezoito centavos), apontado por esta Corte de Contas, mas sim o valor de R\$ 71.869,40 (setenta e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), que é o obtido da subtração do valor total (R\$ 494.065,80) da dívida sem a parcela balão (R\$ 70.140,78), com o valor da dívida principal (R\$ 422.196,40). Grifo nosso**

1. Nesse momento, os autos vieram ao **Ministério Público de Contas** momento em que foi emitida a **Diligência 300/2024** (documento digital 524705)





solicitando a notificação da empresa Energisa, para que trouxesse aos autos documentos aptos a confirmar as alegações da ação rescisória.

8. Deferida a diligência, a empresa foi devidamente notificada e juntou uma série de informações com o documento digital 540056/2024.

9. Em **relatório técnico de recurso** (documento digital nº 570275/2025), a unidade instrutiva, mesmo diante da análise da documentação remetida, sugeriu a procedência somente parcial dos pleitos.

10. Por fim, os autos retornaram ao **Ministério Público de Contas**, para análise e missão de parecer.

11. É o sucinto relatório. Segue a fundamentação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1. Dos requisitos de admissibilidade

12. O Ministério Público de Contas já se manifestou sobre a admissibilidade do Pedido de Rescisão no Parecer nº 423/2024, entendendo acertada a decisão que conheceu a presente rescisão.

### 2.2. Do Mérito

1. Como relatado, insurge-se a parte rescindente contra o **Acórdão n.º 615/2021 - TP**, que nos autos do Processo nº 8.862 5/2016 (Tomada de Contas Ordinária), julgou irregulares as contas provenientes do inadimplemento das faturas de energia elétrica, determinando a restituição ao erário municipal, de forma solidária no montante de R\$ 164.140,25 (cento e sessenta e quatro mil e cento e quarenta reais e vinte e cinco centavos), nos seguintes termos:





ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas, nos termos dos artigos 1º, II, e 16 da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), c/c os artigos 194,II, e 195 da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), por unanimidade, acompanhando o voto do Relator e de acordo, em parte, com o Parecer nº 503/2020 do Ministério Público de Contas, em: a) julgar IRREGULARES as contas objeto da presente Tomada de Contas Ordinária - originária de determinação contida na Decisão Singular nº 724/LCP/2018, proferida em Representação de Natureza Externa - instaurada em desfavor da Prefeitura Municipal de Luciara, gestão dos Srs. Fausto Aquino de Azambuja Filho e Neri Florenço Ataydes, em decorrência da geração de despesas ilegítimas, provenientes do inadimplemento das faturas de energia elétrica, conforme fundamentos constantes no voto do Relator; e, b) **DETERMINAR** aos Srs. Fausto Aquino de Azambuja Filho (CPF nº 707.369.951-53) e Neri Florenço Ataydes (CPF nº 232.910.011-68) que restituam, de forma solidária, ao erário municipal, o montante de R\$ 164.140,25 (cento e sessenta e quatro mil, cento e quarenta reais e vinte e cinco centavos), atinentes às multas, juros e correção monetária das faturas de energia elétrica não adimplidas tempestivamente, cujo valor será atualizado até a data do efetivo pagamento. A restituição de valores deverá ser recolhida com recursos próprios, no prazo de 60 dias. Grifo nosso

13. Segundo o autor, o pedido de rescisão, ora formulado, fundamenta-se no inciso II do art. 374 do RITCE/MT, uma vez que teria havido a superveniência de novos elementos de prova capazes de desconstituir os anteriormente produzidos.

14. O cerne da questão seria que, na Tomada de Contas nº 8.862-5/2016, houve condenação de ressarcimento ao erário em razão de vários Contratos Administrativos de Confissão e Parcelamento de Dívida de Energia Elétrica, dentre eles **o de nº 007/2018/DESC/ENERGISA MT – SINED 115131** firmado em 28 de fevereiro de 2018, e que é especificamente o objeto de discussão do presente pedido de rescisão.

15. Tal contrato teria gerado juros moratórios, atualização monetária e demais encargos financeiros que foram pagos em razão de uma inadimplência inicial e que portando deveriam ser ressarcidos ao erário.

16. A ação rescisória aduz, informando como superveniência de novos elementos, o fato de que:







(...) em **13 de dezembro de 2019** o respectivo Contrato nº 007/2018 (objeto da Tomada de Contas nº 8.862-5/2016) foi renegociado no Contrato nº 117304, que posteriormente foi incluído no Termo de Confissão de Dívida nº 117384/2019/DESC ENERGISA MT firmado em 19 de dezembro de 2019, cujo o qual se encontra QUITADO (...) grifo no original

17. Compulsando-se as razões apresentadas pelo interessado a equipe de auditoria não reconheceu que houvesse elementos capazes de rescindir por completo a condenação aplicada, reconhecendo, porém, a necessidade redução, no que diz respeito ao Contrato Administrativo de Confissão e Parcelamento de Dívida de Energia Elétrica, nº **007/2018/DESC/ENERGISA MT – SINED 115131** do valor de condenação ao ressarcimento para **R\$ 71.869,40 (setenta e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos)**.

18. Este **Ministério Público de Contas**, no bojo da Diligência 300/2024, concordou com a equipe de auditoria pela existência de elementos fortes os suficientes para garantir o afastamento da totalidade do valor da condenação:

(...) embora possa aceitar que a documentação constante dos autos possa implicar em grau de verossimilhança das alegações (veja-se, por exemplo a declaração de quitação e a sentença em ação civil pública constantes das fls. 64 a 77 do documento digital 287225/2023), tendo sido aptas, inclusive, à concessão do efeito suspensório ao qual aderiu este órgão ministerial, é certo que a equipe de auditoria tem razão quando se refere à falta de especificação mais detalhada sobre os débitos e ao desconto de juros e multas.

Veja-se, por exemplo, que no **Contrato nº 007/2018**, que teria sido **descumprido**, havia **referência expressa ao desconto desses encargos**:







afastamento da totalidade dos encargos do Contrato nº 007/2018, pelo Termo de Confissão de Dívida nº 117384/2019/DESC.

20. Entretanto, a equipe técnica, em relatório técnico de recurso, analisou a documentação enviada pela empresa Energisa e manteve a condenação parcial em ressarcimento ao erário:

Em face da Carta nº 2388/2024/DESC – CRPP – ENERGISA MT, datada de 04/11/2024, **aquela Concessionária não explicita quais os valores efetivamente recebidos e quais os valores ainda pendentes de quitação, valores esses objetos do presente pedido de rescisão**, qual seja, referentes aos Contratos Administrativos de Confissão e Parcelamento de Dívida de Energia Elétrica nº 008/2016/CRPP/ENERGISA MT, firmado em 01/07/2016; nº 007/2018/DESC/ENERGISA MT, firmado em 28/02/2018, e; nº 008/2018/DESC/ENERGISA MT, também celebrado em 28/02/2018, não há como esta especializada cumprir rigorosamente com o que lhe fora incumbida, razão pela qual ratifica-se in totum o Relatório Técnico de Recurso constante do Documento Digital nº 518549/2024, qual seja, pelo parcial provimento ao Pedido de Rescisão, **onde opina pelo reconhecimento como valor efetivamente devido a ser ressarcido ao erário a quantia de R\$ 93.999,47 (noventa e três mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos).** grifamos

21. Pois bem.

22. O Ministério Público de Contas, concorda com o entendimento exarado pela equipe técnica.

23. Ainda que os processos que tramitam perante esta Corte de Contas prezem o máximo possível pela aplicação do princípio da verdade real, e este Ministério Público de Contas, inclusive se manifesta sobre a importância disso em diversas situações, é fato indiscutível que, no bojo de uma ação rescisória caberia ao rescindente trazer prova cabal daquilo que alega, o que não foi constatado, conforme fundamentação já exarada.

24. Ainda que, inicialmente, tenha imaginado que a dissipação da dívida pudesse ser simples, antes a intimação da empresa que fez os contratos e revisões de dívida, a equipe de auditoria, que é a mais preparada nesta Corte para a análise dos documentos trazidos, reconheceu que não existem elementos







capazes de afastar a condenação completa feita na Tomada de Contas nº 8.862-5/2016.

25. Na posição de Ministério Público de Contas, ir além o esforço já feito, com a Diligência já sugerida, deferida e concretizada, acabaria, a nosso ver, ultrapassando o liame pela busca da verdade real, para cair na detestável defesa de interesse privado que pertence unicamente ao autor da ação.

26. Nesse sentido, a busca de provas cabais que possam elidir por completo as dúvidas e afastar a totalidade da condenação de ressarcimento ao erário cabem ao autor, que pode fazê-lo buscando vias onde uma instrução mais detalhada possa lhe favorecer para produção de provas, como o ambiente judiciário.

27. Por todo o exposto, o **Ministério Público de Contas, em consonância com a equipe de auditoria**, opina pela **procedência parcial** do pedido de rescisão proposto pelo Sr. Fausto Aquino de Azambuja Filho, ex-Prefeito do Município de Luciara/MT, em desfavor dos termos do Acórdão n.º 615/2021 - TP, a fim de reconhecer como **valor TOTAL devido ao erário e que deve ser ressarcido, a quantia de R\$ 93.999,47 (noventa e três mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos)**, correspondente aos danos causados nos Contratos de Confissão e Parcelamento de Dívida de Energia Elétrica n.º 113897/008/2016/CRPP/ENERGISA MT; n.º 007/2018/DESC/ENERGISA MT (sendo este o objeto do presente pedido rescisório e cuja condenação ficou perfectibilizada em R\$ 71.869,40 - setenta e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos); e n.º 008/2018/DESC/ENERGISA MT.

### 3. CONCLUSÃO

28. Pelo exposto, levando-se em consideração o que consta nos autos, o **Ministério Público de Contas**, instituição permanente e essencial às funções de fiscalização e controle externo do Estado de Mato Grosso (art. 51 da Constituição Estadual), **opina:**





a) pelo **conhecimento** do presente pedido de rescisão;

b) no mérito, pela sua **procedência parcial**, devendo ser rescindido o Acórdão n.º 615/2021 - TP, a fim de reconhecer como valor EFETIVAMENTE devido ao erário e que deve ser ressarcido, **a quantia de R\$ 93.999,47** (noventa e três mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos), correspondente aos danos causados nos Contratos de Confissão e Parcelamento de Dívida de Energia Elétrica n.º 113897/008/2016/CRPP/ENERGISA MT; n.º 007/2018/DESC/ENERGISA MT; e n.º 008/2018/DESC/ENERGISA MT..

É o parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 14 de março de 2025.

(assinatura digital)<sup>1</sup>

**WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR**

Procurador-geral de Contas Adjunto

1. Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa N.º 9/2012 do TCE/MT.

